

A Psicologia Política como um Campo Interdisciplinar Crítico

The Political psychology as
a Critical Interdisciplinary Field

La Psicología Política Como
Campo Interdisciplinario Crítico

Alessandro Soares da Silva – USP
Editor

A *Revista Psicologia Política – RPP* – tem o prazer de comunicar a todos os leitores e leitoras, pareceristas e autores, membros de nosso conselho editorial que no final ano passado passamos a integrar o indexador **Dialnet** – Espanha – e que em 2012 passaremos a figurar na base **Redalyc** – México. Ambas as conquistas resultam de nossos esforços para que a revista não só passe a ter maior impacto no mundo da ciência, mas para que ela se consolide cada vez mais como um importante veículo latino-americano de comunicação entre os grupos de pesquisa Ibero-Latino-americanos. Com a fundação da Associação Ibero-Latino-americana de Psicologia Política – AILPP – em novembro passado em Córdoba a revista passou a ser oficialmente um de seus veículos oficiais de comunicação. Nesse sentido, no que tange à ampliação de indexadores nossas próximas metas são o sistema *Scielo* de periódicos e o *Scopus*. Para esse fim, nesse ano a revista passará por algumas reformulações que contribuam para que conquistemos essa nova meta editoria. Mas vale ressaltar que ainda que a indexação seja algo muito importante, não o é mais que a qualidade dos manuscritos que aqui são publicados. Manter a qualidade dos artigos que são veiculados é nossa primeira prioridade e o esforço da editoria, do conselho científico e de nossas e nossos consultoras/es *Ad Hoc*. É nossa preocupação não deixar que a RPP se perca em debates travados cada vez mais por critérios basicamente quantitativos e que muitas vezes deixam a qualidade intelectual em segundo plano.

Isso fez com que a partir desse ano a revista passe a ser quadrimestral, para que ela possa disponibilizar um fascículo que será coeditado pela ABPP e pela AILPP, tendo foco em temas eixo para a Psicologia Política Latino-Americana.

Esse primeiro fascículo conjunto está sendo coorganizado por Agustín Espinosa Pezzia, pesquisador da Pontificia Universidad Católica del Peru, e por nós que editamos a RPP.

Este ano também teremos, durante o segundo semestre o VII Encontro Brasileiro de Psicologia Política que será celebrado na Cidade de São Francisco de Paula – RS – na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, sob a presidência da professora Aline Hernandez. Nessa ocasião teremos uma reunião de editores de revistas de Psicologia Política para iniciarmos um fórum virtual que nos permita apoiar-nos mutuamente, potencializando o crescimento do Campo.

Nesse fascículo da RPP que abre essa fase quadrimestral, apresentamos 10 artigos e uma resenha. Nele encontramos textos de autores advindos do campo da Administração, da Comunicação, da Educação e da Psicologia, sendo que todos os manuscritos buscam tecer suas considerações de modo a facilitar as interfaces e inter-relações que são próprias de um campo interdisciplinar como é o caso da Psicologia Política. É visível o esforço de cada autor e autora que contribuem para a RPP. Ao lermos o conjunto dos artigos percebemos o comprometimento com posturas científicas críticas e sólidas. Percebemos que cada uma delas fundamenta-se em complexas argumentações que são resultantes de encontros, de diálogos, ocorridos nas fronteiras disciplinares e, muitas vezes, para além delas. Essa é a cara da Psicologia Política Brasileira retratada na RPP.

Nesses últimos anos, muito da produção da revista que vimos publicada tem feito uma discussão a partir do referencial da psicologia sócio-histórica. E nessa leitura que o primeiro artigo intitulado *A crítica da Psicologia e a Tarefa da Crítica na Psicologia* e de autoria de Marisa Eugênia Melillo Meira da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho (Brasil). A autora coloca em discussão a necessidade de aprofundarmos a crítica da Psicologia como ciência, desvelando seus compromissos ideológicos com as demandas postas pelo desenvolvimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, desenvolvermos o pensamento crítico na Psicologia. Já nos anos 1960 essa questão foi tratada por autores como Deuleule que em sua obra *o Mito Científico da Psicologia* põe em xeque certos pressupostos até hoje aceitos por parte da comunidade, mas que merecem um olhar crítico, pois essa continua a ser uma questão relevante no cenário epistemológico. Tomando como fundamento o materialismo histórico dialético, Meira discute como elementos do pensamento crítico a reflexão dialética; a crítica do conhecimento; a denúncia da degradação, da alienação e da heteronomia humana nas condições postas pelo capitalismo e as bases da transformação social.

Em *Os Novos Críticos Nihilistas e a Transvaloração dos Valores da Cultura Escolar na Escola Pública* Monica G. T. do Amaral da Universidade de São Paulo (Brasil) analisa com um olhar crítico as culturas juvenis. Ela busca entender como elas podem constituir-se em um “campo de possibilidades” para refletir tanto sobre as formas de protesto juvenil na metrópole, como também sobre o próprio processo de construção das identidades do adolescente. Amaral propõe-nos que as manifestações eróticas polissensoriais da juventude permitem que pensemos acerca da emergência de “prototeorias” capazes de constituir-se em momentos de ruptura de campo, como crítica emergente à razão predominante no universo escolar. E o faz por meio de uma experiência de intervenção em uma instituição pública de ensino.

Os seis artigos que seguem formam um bloco que discutem um tema muito caro para a psicologia política: a participação política (ou mesmo a sua impossibilidade). O primeiro destes artigos é *Participación Política, Manifestaciones Culturales y Mecanismos de Resistencia* da lavra de Elío Rodolfo Parisi e Mariana Pagnone da Universidad Nacional de San Luis (Argentina) e nos brinda com uma discussão instigante acerca do exercício da democracia. Para essa dupla argentina o exercício da democracia exige modalidades de participação política que nem sempre se circunscrevem a formas convencionais. Parisi e Pagnone fazem um interessante percurso histórico sobre a participação política, retomando as definições e classificacões e as mudanças que elas sofreram no tempo. Sem reduzir-se a um repasso teórico, O/a autor/a procuram pensar a respeito dos elementos culturais implicados na participação com o fim de analisar alguns movimentos sociais sul-americanos.

O segundo texto é *Fóruns Comunitários: Uma Estratégia de Construção Participativa do Desenvolvimento Local* de Deyseane Lima da Universidade Federal do Ceará (Brasil). Nele, a autora discute desde uma psicologia política das comunidades a experiência de realização dos fóruns Comunitários promovidos pelas Raízes de Cidadania em duas comunidades do município de Fortaleza. A autora entende que os fóruns são uma proposta democrática de desenvolvimento comunitário construído por meio da participação social e decorrente das políticas públicas de atenção e proteção social básica do município.

Os três textos que seguem abrem uma importante discussão no campo da Saúde Mental, tema que tem sido de grande importância não só para a disciplina psicologia, mas também para campo interdisciplinar da Psicologia Política. Autonomia, dos usuários, a questão da medicamentação e da autonomia dos investigadores que atuam no campo da Saúde Mental são alguns dos pontos que veremos abordados desde um enfoque psicopolítico.

Ana Karenina de Melo Arraes, Magda Dimeinstein, Kamila Siqueira e Clarisse Vieira, todas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil) reúnem esforços para discutir no *Empoderamento e Controle Social: uma análise da participação de usuários na IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial em Natal (RN)* as estratégias de empoderamento de usuários no campo da saúde mental no nordeste brasileiro. Indubitavelmente o tema da participação dos usuários no controle social no contexto das etapas locais da IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial em Natal (RN) insere-se no campo da psicologia política e nos permite entender melhor processos de tutela e autonomia. Entender como espaços vistos como potencializadores da participação podem fazer com que a participação seja restrita e frágil, o que reforça a necessidade de ações que enfrentem a ausência de formação política e incentivem à participação do usuário como ator fundamental no processo conferencial.

Anotações iniciais sobre a psiquiatria do desenvolvimento ou “é de pequeno que se torce o pepino” é o texto que as pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense (Brasil) Maria Livia do Nascimento, Cecília Maria Bouças Coimbra e Lilia Ferreira Lobo nos brindam e que dá continuação ao debate no campo da política e da saúde em sua dimensão subjetiva e, ao mesmo tempo, objetiva. A partir das tecnologias de prevenção, buscamos colocar em análise determinadas práticas da psiquiatria no contemporâneo. Para tanto, tomamos as considerações de Foucault sobre biopoder, a partir de sua vertente medicalizante, que naturaliza as noções de vulnerabilidade e de risco, frequentes nas políticas ditas de assistência. A utilização da noção de prevenção como uma ferramenta possibilita trazer um debate ético-político das propostas

do INPD, apontando-as como práticas de governo da vida, que se apresentam como eficientes e verdadeiras por serem científicas.

O Manuscrito *A Mortalidade nos Manicômios da Região de Sorocaba e a Possibilidade da Investigação de Violações de Direitos Humanos no Campo da Saúde Mental por Meio do Acesso aos Bancos de Dados Públicos da autoria* de Marcos Roberto Vieira Garcia, Universidade Federal de São Carlos (Brasil) não só profunda as questões anteriores, mas também insere elementos que dizem das consequências da falta de autonomia dos usuários e dos excessos das práticas medicamentosas no âmbito da saúde mental. Assim, o autor dedica-se a investigar as relações de poder no campo da saúde pública e em particular as chamadas instituições totais. Mais particularmente o autor apresenta em seu texto dados acerca da mortalidade nos hospitais psiquiátricos da região de Sorocaba no período entre 2004 e 2011 e aponta para diversas situações de violação de direitos humanos.

Por fim, o artigo *“Grupos minoritários”: forma e organicidade dos empreendimentos (ditos) solidários* da autoria de Fabio Bitencourt Meira da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). O manuscrito se baseia nas contribuições de Eugène Enriquez para discutir a organização “autogestionária” de empreendimentos de economia solidária (EES), as quais supostamente produziriam em bases democráticas contrariando a lógica capitalista. O objetivo é apreender sua forma e organicidade diante de tais pressões. A construção de vínculos sociais grupais que potencializem a gestão democrática e a participação são objeto de análise, sendo que o autor entende que por meio do conceito enriqueziano “grupo minoritário” é possível compreender os dilemas implicados em empreendimentos societários.

O artigo que segue vem consolidar uma das temáticas que têm se mostrado mais recorrentes em nossa RPP a temática das relações de gênero e orientação sexual associada à temática da violência, seja ela física ou simbólica. Trata-se do trabalho *A Psicologia e a Judicialização dos Casos de Violência Sexual*. Consuelo Biacchi Eloy e Elizabeth Piemonte Constantino da Universidade Estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Brasil) pautam aqui na RPP o tema da violência sexual como sendo um fenômeno a ser enfrentado por diversas ações públicas. Como recordam as autoras, a violência sexual exige um sistema de notificação formal que preserve a vítima do sofrimento da exposição pública reserva à Psicologia um papel de importância ímpar para o cuidado dessas mulheres. Esse é o labor de psicólogas e psicólogos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Mas a atividade desses profissionais também é relevante no âmbito das políticas públicas que estão voltadas ao enfrentamento da violência sexual e ao atendimento às vítimas. Nesse debate as autoras nos conduzem pelas trilhas do debate em torno à relação existente entre o Poder Judiciário e as Políticas Públicas quando o tema é violência sexual.

Fechamos a sessão artigos com o texto *Uma perspectiva poética-crítica em Psicologia da Arte*, de Renato Cury Tardivo, Universidade de São Paulo (Brasil). Nele o autor nos propõe o debate da arte em sua dimensão subjetiva e política. Partindo das proposições de João Frayze-Pereira, fundador do Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte da Universidade de São Paulo, o autor considera os aspectos do pensamento de Maurice Merleau-Ponty, Luigi Pareyson e de Max Horkheimer no desenvolvimento da Psicologia da Arte em sua dimensão poética-crítica. A discussão da arte como expressão da política ainda é insipiente no Brasil e por isso essa contribuição ganha importância.

Finalmente, concluímos as publicações da RPP 23 com a resenha *Lazer e Poder no Brasil* feita por Felipe Corrêa. O autor nos apresenta de modo crítico o livro *O Lazer no Brasil: de Getúlio Vargas à globalização*, de Marco Antonio Bettine de Almeida e Gustavo Luis Gutierrez. Ele faz sua análise das relações entre lazer e o poder no país a partir de três períodos: o nacional-desenvolvimentismo, a repressão militar e a globalização, nos quais o lazer é um elemento fundamental da esfera cultural-ideológica, aspecto que é de sumo interesse para a psicologia política quando pensamos a produção de sujeitos políticos.

Não poderíamos terminar esse editorial sem agradecermos ao professor Celso Zonta pelos quatro anos de dedicação e empenho para com a Revista Psicologia Política. Trabalhar a seu lado foi um prazer e um momento de aprendizado digno de registro. A nós da RPP só resta agradecer-lhe e desejar sucesso em seus novos projetos.

A nossas(os) leitoras(es) desejamos uma leitura e esperamos encontra-las(los) em São Francisco de Paula, RS, Brasil, no VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política que ocorrerá entre 15 e 18 de novembro de 2012.